



*Geopolítica e questão energética: contribuições para
a compreensão de estratégias espaciais estatais na
contemporaneidade*

*Geopolitics and the energetic issue: Contributes for the
understanding of current state spatial strategies*

*Geopolítica y la cuestión energética: Contribuciones para la
comprensión de estrategias espaciales estatales en la
contemporaneidad*

BLUM, G. G.

Gustavo Glodes Blum¹

¹ Universidade Estadual de Campinas, Programa Institucional de Pós-Doutorado, Departamento de Geografia, Campinas, Brasil. E-mail: gblum@unicamp.br.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1223-7868>.

Recebido: 05/05/2025; Aceito: 08/05/2025; Publicado: 08/05/2025

DOI: [10.26512/2236-56562025e58131](https://doi.org/10.26512/2236-56562025e58131)

RESUMO

Ao longo das últimas décadas, novos desafios vêm se apresentando para compreender a questão energética, como a emergência climática, novas fontes e formas de consumo de energia e conflitos internacionais no entorno de lugares e territórios que têm papel importante em diferentes fases do ciclo energético. Assim, faz-se necessário verificar de que forma essas novas dinâmicas demandam uma retomada do questionamento acadêmico a respeito da relação entre geopolítica e energia, potencializando o uso do instrumental teórico-metodológico da ciência geográfica para tal finalidade. Neste artigo, apresenta-se por meio de uma revisão bibliográfica contribuições que levam em conta as características da relação entre a questão energética e a geopolítica, por meio da relação entre essas e as estratégias espaciais utilizadas pelos Estados modernos territoriais na contemporaneidade. Assim, inicialmente analisa-se a questão energética, suas facetas e sua influência nas relações entre espaço e poder que compõe a base da geopolítica. Posteriormente, verifica-se de que forma esta questão se enquadra nos diferentes tipos de estratégias espaciais adotadas pelos Estados no entorno da política, do uso da força e da coação e da economia, que compõem a geopolítica, a geoestratégia e a geoeconomia. Por fim, faz-se um balanço mais específico a respeito da relação entre geopolítica e a questão energética em específico. Considera-se que vêm se observando um importante papel de disputas geopolíticas no entorno da questão energética em razão dos projetos de domínio e/ou controle dos lugares, regiões e territórios que têm papel ativo em cada uma das fases do ciclo energético, e que estas disputas são um exemplo dentre outros conjuntos que permitem compreender de que forma os Estados formam pensamentos geográficos que embasam projetos geopolíticos, geoestratégicos e geoeconômicos.

Palavras-Chave: Disputas territoriais; segurança energética; ciclo energético; poder espacial; cooperação e coerção estatal.

ABSTRACT

In recent decades, new challenges have emerged in understanding energy issues, such as the climate emergency, novel energy sources and consumption patterns, and international conflicts surrounding places and territories that play key roles in different stages of the energy cycle. Thus, it is necessary to examine how these dynamics call for renewed academic inquiry into the relationship between geopolitics and energy, leveraging the theoretical-methodological tools of

BLUM, G. G.

geographic science for this purpose. Through a bibliographic review, this article presents contributions that consider the interplay between energy and geopolitics, focusing on how these relate to the spatial strategies employed by modern territorial states today. First, I analyse energy issues, their facets, and their influence on space-power relations, which form the foundation of geopolitics. Next, I explore how energy fits into the diverse spatial strategies adopted by states—encompassing politics, the use of force and coercion, and economics—which constitute geopolitics, geostrategy, and geoeconomics. Finally, I provide a specific assessment of the relationship between geopolitics and energy. I argue that geopolitical disputes over energy have gained prominence due to projects seeking dominance or control over places, regions, and territories critical to each phase of the energy cycle. These conflicts exemplify broader patterns that reveal how states construct geographical rationales to underpin geopolitical, geostrategic, and geoeconomic agendas.

Keywords: Territorial disputes; energetic security; energy cycle; spatial power; state cooperation and coercion.

RESUMEN

En las últimas décadas, han surgido nuevos desafíos para comprender la cuestión energética, como la emergencia climática, nuevas fuentes y formas de consumo de energía, y conflictos internacionales en torno a lugares y territorios clave en las distintas fases del ciclo energético. Por ello, es necesario analizar cómo estas dinámicas exigen retomar el debate académico sobre la relación entre geopolítica y energía, aprovechando las herramientas teórico-metodológicas de la ciencia geográfica para este fin. Mediante una revisión bibliográfica, este artículo presenta contribuciones que consideran las características de la relación entre la cuestión energética y la geopolítica, centrándose en su vínculo con las estrategias espaciales empleadas por los Estados territoriales modernos en la actualidad. Primero, se analiza la cuestión energética, sus facetas y su influencia en las relaciones entre espacio y poder, base fundamental de la geopolítica. Luego, se examina cómo esta cuestión se integra en los distintos tipos de estrategias espaciales adoptadas por los Estados —abarcando la política, el uso de la fuerza y la coerción, y la economía—, las cuales constituyen la geopolítica, la geoestrategia y la geoeconomía. Finalmente, se evalúa específicamente la relación entre geopolítica y energía. Se sostiene que las disputas geopolíticas en torno a la cuestión energética han adquirido relevancia debido a proyectos que buscan dominar o controlar lugares, regiones y territorios críticos en cada fase del ciclo energético. Estos conflictos ejemplifican patrones más amplios que revelan cómo los Estados construyen racionalidades geográficas para fundamentar agendas geopolíticas, geoestratégicas y geoeconómicas.

Palabras clave: Disputas territoriales; seguridad energética; ciclo energético; poder espacial; cooperación y coerción estatal.

1. Introdução

As transformações ocorridas no cenário geopolítico global nas últimas décadas vêm recolocando questões importantes para pensar a relação entre os Estados modernos territoriais e os recursos territoriais. Com a aproximação do fim do primeiro quartel do século XXI, novos desafios emergem para compreender esta relação, sobretudo no que concerne à questão energética.

A emergência climática e a questão da capacidade de renovação dos recursos colocam em xeque a capacidade de manutenção dos ritmos de funcionamento das sociedades atuais, assim como apontam para desafios abertos por estes mesmos ritmos (Buchsbaum, 2022; Lisio, 2022). Já o desenvolvimento de novas tecnologias tem um importante papel na reorganização do consumo de novas fontes de energia e na exploração de materiais que antes não eram considerados como essenciais para a transição energética, como o lítio utilizado em baterias de carros elétricos (Obaya; Céspedes, 2021). Por fim, a questão energética continua tendo um importante papel em meio às novas disputas que emergem no entorno das práticas territoriais de domínio e/ou controle dos lugares, regiões e territórios que têm papel ativo em cada uma das fases do ciclo energético (Davtyan, 2024; Fiori, 2020; Blank; Kim, 2015).

Da mesma forma, mudanças estruturais nas relações de poder no cenário internacional impactam significativamente a posição de diferentes países com relação à questão energética. Efeitos de longo prazo da pandemia de COVID-19 apontam para uma alteração importante nos padrões de consumo energético em diferentes países, assim como impactos da crises de organização produtiva global durante o período (Helleiner, 2024; Zheng; Walsham, 2021). Conflitos internacionais, como a invasão russa à Ucrânia em 2022 e as consequentes sanções econômicas aplicadas pelas economias ocidentais também vêm influenciando o cenário energético global (Lobo-Fernandes, 2024).

Diante disso, faz-se necessário verificar de que forma estas novas dinâmicas demandam uma retomada do questionamento acadêmico a respeito

BLUM, G. G.

da relação entre o campo da geopolítica e a questão energética como elemento fundamental de atuação dos Estados modernos territoriais. Este artigo busca colaborar com esta discussão, marcadamente ligada à análise casuística e com foco principal nos interesses de atores domésticos e estrangeiros no setor energético. Ao focar especificamente no nível do Estado, busca-se compreender de que forma a questão energética emerge como tópico importante para a atuação territorial de entidades estatais, uma lacuna aberta por análises que tendencialmente privilegiam a escala do sistema produtivo internacional e que pode ser ocupada por meio do instrumental da ciência geográfica.

Apresenta-se aqui uma contribuição que leva em conta as características da relação entre os Estados modernos territoriais e a questão energética, de maneira a contribuir para o enriquecimento do debate, assim como propor possíveis caminhos interpretativos a partir da perspectiva geográfica. Tem-se, aqui, como questionamento central, as possíveis contribuições à discussão sobre geopolítica e energia na contemporaneidade que emergem da compreensão das características geográficas da questão energética, permitindo uma percepção mais acurada a respeito desta dinâmica na escala internacional ao focar nas estratégias espaciais adotadas pelos Estados. Busca-se, assim, realizar um debate a respeito dos âmbitos de extensão escalar da questão energética, assim como a forma como se tornou esta questão uma responsabilidade dos governos dos Estados territoriais modernos na contemporaneidade.

Por meio deste esforço, pretende-se indicar quais as possíveis interpretações da questão energética por meio do instrumental teórico-metodológico da ciência geográfica, verificando a extensão da questão energética nas sociedades de forma a permitir um contato com a geopolítica. Assim, propõe-se analisar a questão geográfica a partir das esferas da produção, do consumo, da logística, da prospecção e da extração dos recursos energéticos. Indica-se, assim, as possibilidades de diálogo entre a geopolítica e a questão energética, sendo este um dos componentes centrais de tensões que (re)emergem no cenário internacional, verificando de que forma a análise geográfica de cada uma destas

BLUM, G. G.

etapas pode ajudar a iluminar diferentes formas de conflito e cooperação no cenário internacional.

Para isso, inicialmente, debate-se a questão energética como elemento central para o funcionamento das sociedades humanas. Levanta-se as fases acima enumeradas como as facetas do ciclo energético, e debate-se a sua influência para pensar as relações de poder que envolvem o Estado e o território, central para a discussão da geopolítica. Posteriormente, busca-se enquadrar a questão energética como elemento que pode influenciar as diferentes estratégias espaciais dos Estados, ligadas à geopolítica, à geoeconomia e à geoestratégia. Por fim, na última seção, faz-se um balanço e uma reflexão a respeito das possíveis interpretações que se abrem por meio da mobilização do instrumental teórico-metodológico da Geografia para pensar a relação entre geopolítica e a questão energética.

O trabalho foi realizado tendo como base o desenvolvimento de uma revisão bibliográfica focada em obras que podem contribuir com a discussão de maneira ampla. A revisão bibliográfica é um “meio mais ou menos sistemático de coleta e de sintetização de pesquisas prévias”, que permite “uma compreensão ampla de estudos prévios a respeito de um assunto” e “produz uma interpretação integrativa de resultados que é mais adensada que aquelas resultantes de investigações isoladas” (Ermel *et al.*, 2021, p. 45). Por meio deste método, é possível “colocar a pesquisa dentro do corpo de conhecimento existente ou reunir informações que sustentem uma perspectiva particular”, que é o objetivo deste artigo (Ermel *et al.*, 2021, p. 47)

Por meio deste esforço, foi possível verificar duas principais contribuições. Por um lado, pode-se considerar que as disputas geopolíticas no entorno da questão energética são resultado dos projetos de domínio e/ou controle dos lugares, regiões e territórios que têm papel ativo em cada uma das fases do ciclo energético. Por outro, estas disputas compõem um vasto conjunto de exemplos que permite a compreensão da formação de pensamentos geográficos que embasam projetos geopolíticos, geoestratégicos e geoeconômicos.

1. A questão energética: Amplitude do fenômeno e as relações de poder em seu entorno

De forma a permitir uma compreensão mais aprofundada a respeito da questão energética a partir da geopolítica, parece ser interessante delinear qual é a sua escalaridade. Afinal de contas, em diferentes âmbitos escalares, a discussão a respeito da energia poderá ocorrer de maneira diferente: a energia utilizada pelos usuários finais em seu cotidiano, as políticas de segurança energética adotadas pelos países, a influência de grandes e pequenas empresas e corporações da determinação de planos nacionais, regionais e internacionais de uso e distribuição de energia, entre outros. Abordar a escalaridade da energia, portanto, é apontar para o fato de que, de acordo com a posição de análise que se adota para esta discussão, é possível obter diferentes respostas. A ideia de escala, portanto, pode auxiliar a delimitar melhor o debate, que é o que inicialmente se propõe realizar neste trecho do texto.

De acordo com Iná Elias de Castro (2019), a escala geográfica é um instrumento que permite compreender a amplitude da extensão de um fenômeno. A possibilidade de poder falar que um tema é de política doméstica ou de política internacional, por exemplo, depende da construção social relativa à pertinência de cada um destes âmbitos para o desenvolvimento de processos sociais específicos (Walker, 2013). A escala geográfica, assim, representa as diferentes amplitudes em que um determinado fenômeno impacta na experiência humana, podendo ser determinada de acordo com a experiência individual ou coletiva (Smith, 1989), ou a partir de uma disputa de forças em busca da criação de âmbitos próprios de autonomia e autodeterminação que muitas vezes escapam das escalas tradicionalmente sujeitadas à jurisdição do Estado (Swyngedouw, 2001).

Refletir a respeito da escalaridade da energia, portanto, permite compreender as várias formas a partir das quais é possível, a partir da geopolítica, refletir sobre este tema. Aqui, se propõe que esta reflexão se dê por

BLUM, G. G.

meio da análise (1) das formas de consumo e de produção da energia; (2) da conexão necessária entre produção e consumo, que envolve a logística da energia; (3) da prospecção de novos usos e novas fontes; e, por fim, (4) os desafios da extração da energia.

1.1 A esfera do consumo e da produção

Um primeiro esquema interpretativo para a relação entre geopolítica e energia pode emergir a partir da análise dos meios de consumo e de produção das fontes energéticas. Estas duas relações – consumo e produção de energia – estão enquadradas dentro do desenvolvimento social de diferentes comunidades humanas, que têm diferentes níveis de consumo de energia de acordo com a evolução da sua relação com as técnicas. Como afirmam Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), as comunidades humanas “inventam técnicas para realizar seus fins, o que torna difícil, se não impossível, separar a técnica do seu uso. Mesmo que a técnica possua usos diferentes daquele para o qual foi originalmente inventada, sempre haveremos de investigar o uso que a ela está sendo empregado” (p. 106). Assim, de forma a poder desenvolver suas atividades econômicas, políticas, sociais, cada comunidade humana vai depender de um tipo de consumo de energia – mais ou menos “natural” e mais ou menos “artificial” a depender do estágio de seu desenvolvimento técnico – de forma a poder manter as suas atividades. Assim, como apontam os autores, compreender as relações de consumo e de produção das fontes de energia sempre demanda compreender o contexto histórico e geográfico que se está discutindo.

Em termos gerais, porém, é possível identificar que o consumo das fontes de energia tanto determina quanto é determinado pela disponibilidade de uso de fontes diferentes para os mesmos fins – ou para fins diferentes. A descoberta e renovação de fontes energéticas ao longo da história, do corpo humano ao desenvolvimento da energia nuclear, acompanhou todo um processo de organização e de contextualização das possibilidades técnicas das sociedades. Isso representa os saltos quantitativos e qualitativos de exploração daquelas fontes como momentos importantes para a configuração das relações de poder nestas sociedades, afinal,

Na medida em que ficavam mais problemáticas, as velhas fontes iam sendo complementadas – ou substituídas – por novas fontes, mais eficientes. Assim, a força muscular foi complementada pela lenha e pela tração animal, que por sua vez foi complementada pela energia das águas e dos ventos etc. Depois veio o carvão, que foi complementado pelo petróleo – ou por esse substituído, na indústria, nos transportes e nos modernos sistemas agroindustriais. (Carvalho, 2014, p. 27-28)

Como apontam Haesbaert e Porto-Gonçalves,

A partir do uso do carvão, com a máquina a vapor, a energia já não vem do Sol de todo dia nem de todo ano (estações), mas sim da fotossíntese mineralizada como energia fóssil que exigiu milhões de anos para se formar e cuja concentração em alguns pontos da superfície da Terra em jazidas torna-se particularmente significativa. (Haesbaert; Porto-Gonçalves, 2006, p. 111-112)

Considerar, portanto, as fontes de energia é um elemento importante tanto para desvelar as suas lógicas de consumo e produção, quanto para compreender a forma como uma sociedade funciona. É necessário compreender que as diferentes técnicas que se utiliza nas variadas sociedades criam as condições para que um determinado tipo de energia seja consumido: a iluminação pública realizada por meio de lâmpadas a óleo foi uma das grandes motivadoras da indústria baleeira ao longo do século, gerando importantes consequências ambientais e sociais em razão da caça predatória destes animais (Bardi, 2007). Já a própria ideia de segurança energética emerge no início do século XX, quando as forças armadas de países industrializados buscaram alterar as fontes energéticas de seus equipamentos bélicos do carvão que podiam acessar em seus próprios territórios para o petróleo, na época ainda comercializado apenas por poucos países da Ásia Central como a então chamada Pérsia (Cherp; Jewell, 2014).

Assim, a produção e o consumo da energia aparecem enquanto elementos mais básicos para a compreensão da sua relação com a disciplinarização dos territórios: seja enquanto fonte de necessidades para obtenção de recursos energéticos, seja enquanto consequência de um determinado conjunto de técnicas utilizados num contexto específico que demanda um conjunto específico de meios de produção de energia.

É no conjunto destas duas faces – a do consumo e a da produção – que se encontra um dos conceitos mais centrais para compreender a função social da

BLUM, G. G.

energia: a matriz energética. Esta pode ser considerada enquanto “as fontes de energia destinadas a transportes, geração de eletricidade e para cozinhar alimentos”, de acordo com Krell e Souza (2020).

Neste sentido, a matriz energética representa a quantidade de energia primária consumida por um país no seu esforço de produção industrial, seja para atividades intermediárias ou ainda para a produção de energia elétrica, uma energia considerada secundária. Esta, com a qual a maioria da população tem contato no seu cotidiano, deriva de diferentes fontes, tais como a movimentação de corpos d’água em usinas hidrelétricas de variado tamanho, pela captação de ventos nas usinas eólicas, ou por meio da produção de calor em usinas termelétricas e nucleares (Krell; Souza, 2020). O consumo final, na forma de energia elétrica ou de combustíveis fósseis ou não-fósseis, está no cerne das discussões atuais relativas à produção e ao consumo de energia e o desafio da transição energética.

1.2 A conexão entre produção e consumo: a questão da logística

A questão da energia, portanto, faz refletir a respeito das diferentes formas como se pensa a organização e o ordenamento dos territórios – para utilizar os termos detalhados anteriormente, a própria disciplinarização dos territórios e sua garantia por meio de estratégias geopolíticas. Há, claramente, fortes traços geoestratégicos em muitas das discussões relativas, por exemplo, ao fornecimento de recursos energéticos primários necessários para o desenvolvimento econômico dos países: desde a década de 1970, os estudos relativos à segurança energética vêm emergindo como resposta às variações na (in)disponibilidade de recursos energéticos no mercado global ou em mercados nacionais específicos (Cherp; Jewell, 2014).

Como indicado anteriormente, as atividades geoestratégicas podem significar o uso da força – da qual a invasão ao Iraque em 2003 talvez seja a maior representante –, porém não se limitam a ela: os dispositivos diplomáticos podem exercer tanta pressão sobre as decisões políticas dos Estados quanto o uso da

BLUM, G. G.

força, assim como questões de natureza geoeconômica, como a construção de corredores de transporte multicontinentais (Hussain et al., 2021).

A geoeconomia da energia tem um papel significativo na compreensão da relação entre este setor e a geopolítica. Afinal de contas, as fontes de energia devem ser levadas às suas plantas de processamento, assim como deve haver uma distribuição dos seus efeitos. Seja enquanto fontes de energia primária, como os combustíveis utilizados por automóveis, seja enquanto fontes para a produção de energia secundária, como a elétrica, a questão da logística da energia é um elemento importante para compreender a relação entre ela e a disciplinarização dos territórios. A disponibilidade de recursos tem a mesma importância de seu acesso, como é demonstrado pelo caso do petróleo: recurso conhecido desde a era dos romanos, o “ouro negro” se torna estratégico apenas a partir da segunda metade do século XIX, com a invenção do motor a combustão e sua instalação em meios de transporte sobretudo terrestres (Bardi, 2007).

Que haja uma fonte energética, portanto, não significa necessariamente a sua aplicação corrente à matriz de produção e consumo de uma determinada sociedade. Isso só se dá com a devida instalação de plantas de processamento e redes de distribuição, o que faz emergir a questão da conexão e da desconexão dos territórios com este tipo de objeto técnico. Como aponta Claude Raffestin (1993), a rede tem um tipo específico de comportamento enquanto instrumento de poder nos territórios justamente em razão da sua capacidade de conexão e de desconexão: para aqueles que se encontram dentro dela, há a garantia do acesso, enquanto aqueles que fora dela estão encontram-se desligados do usufruto, neste caso específico, da energia elétrica.

Percebe-se, portanto, que a questão da logística também figura como um elemento importante da relação entre geopolítica e energia, principalmente em razão de dois fatores. Por um lado, enquanto um mecanismo de tentativa de resolução de questões de geografia econômica – a definição aqui utilizada para o conceito de geoeconomia, conforme indicado por Correia (2018) – a logística da energia busca reunir contextos territoriais diferentes. Assim, a instalação de objetos técnicos de processamento e/ou distribuição de energia terá um impacto

BLUM, G. G.

territorial significativo, podendo inclusive gerar mais consequências ao longo de seu traçado que nas pontas que a rede pretende conectar (Raffestin, 1993).

Ao mesmo tempo, há a possibilidade de transformações nos territórios que estão no entorno destas redes: a crise que envolve militarmente Ucrânia e Rússia no momento de escrita deste texto passou, anteriormente, por fases em que a discussão central era relativa aos royalties cobrados por Quieve sobre o gás e o petróleo russos que passavam por seu território, antes de se tornar um embate militar (Moniz Bandeira, 2017).

Uma última consideração pode ser feita, no tocante à questão da logística da energia, relativamente à poluição derivada das estratégias de conexão entre as esferas de produção e de consumo da energia. Ao longo da segunda metade do século XX a discussão relativa à poluição na escala global se deu sobretudo no entorno das emissões de gás carbônico na atmosfera, chegando à década de 1990 concentrando-se nas discussões relativas à camada de ozônio e a necessidade de banimento de determinados produtos industriais que levavam ao então chamado “aquecimento global” (Schneider, 1990).

A partir da segunda metade dos anos 2010, porém, e em grande parte devido ao trabalho consistente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), já não era mais possível nem mais falar apenas em “aquecimento global”, nem abordar de maneira singular agentes poluidores específicos que poderiam ter impacto global. Como aponta Eric Helleiner (2024), a crise ambiental que enfrentamos na atualidade constitui um dos eixos da “policrise” pela qual o sistema internacional passa, de revisão dos processos de globalização neoliberal institucionalizada que vigoraram até o fim dos anos 2000. Para o autor, os efeitos da crise ambiental podem motivar protestos e demandas reforçadas de combate à poluição, elemento que traz importantes questionamentos a respeito do próprio modelo energético atualmente em vigor no mundo (Helleiner, 2024).

1.3 A prospecção de recursos e de novos usos da energia nas sociedades

BLUM, G. G.

A terceira parte da análise da relação entre geopolítica e energia recai, pode-se dizer, sobre aspectos de futuro. Ao mesmo tempo em que tem um papel importante a exploração real e atual de recursos energéticos em diferentes escalas, também o uso potencial destes recursos e da energia em nossas sociedades compõe um importante elemento de análise nesta relação. Caso o foco seja lançado, por exemplo, apenas na história relativamente recente do petróleo enquanto recurso energético central da industrialização global – ou seja, a partir aproximadamente da década de 1940 – será possível observar que tanto quanto o apoio e o suporte de atividades de produção de energia quanto sua distribuição e consumo dependem tanto de agentes estatais quanto de agentes privados (Fiori, 2005; Yergin, 2012). Outras possibilidades emergem, porém, tendo como base a eletrificação de modais de transporte, sobretudo, processo no qual a exploração de minerais como o lítio tem se mostrado elemento significativo do quadro geral da geoeconomia da energia na atualidade (Obaya; Céspedes, 2021).

Na análise a respeito da prospecção, portanto, deve-se ter em mente a busca por compreender quais são as grades analíticas utilizadas pelos agentes estatais e privados para construir suas percepções no tocante à matriz energética atual e futura das suas áreas de atuação e/ou jurisdições. Estes agentes desenvolvem um repertório próprio a respeito das características geográficas do mundo, pautando-se em seus interesses e traduzindo estas características em geografias vernaculares, ou seja, um tipo de conhecimento do meio que se traduz em possibilidade de ação sobre ele.

De acordo com Paul Claval (2014), este tipo de discurso “[r]elaciona-se primeiramente com a ecologia dos lugares, suas semelhanças, e as maneiras de explorá-los – trata-se de seu aspecto técnico. Em seguida corresponde aos grupos instalados em tal ou tal ponto”, referindo-se, então, a um determinado conteúdo social (p. 35). Num terceiro momento, estas geografias vernaculares produzem um discurso que “informa sobre o significado dado à paisagem e ao meio ambiente – é a parte moral ou filosófica” deste discurso (Claval, 2014, p. 35). Geralmente, estas geografias vernaculares combinam conhecimento das localizações e apreciação das qualidades físicas e sociais dos lugares”, de forma

BLUM, G. G.

a sustentar projetos políticos de intervenção no território (Claval, 2014, p. 36). Estes projetos encontram-se, então, no conjunto de representações espaciais que qualificam os lugares, as paisagens, os territórios e permitem sobre eles agir, configurando um tipo específico de ideologias geográficas (Moraes, 2005).

Estes agentes passam, portanto, a construir um tipo específico de ver o espaço – uma determinada geografia que, ao ver e delinear em algum tipo de representação, constitui um importante repertório de ação (Pickles, 2004). No caso específico aqui analisado, isso significa que este tipo de repertório, sobretudo relativo à prospecção de potenciais usos de recursos naturais e outras formas de sustentar a eletrificação das sociedades no globo, se dão como uma intencionalidade de determinar quais são os recursos a serem explorados, constituir novos espaços de exploração como permissíveis e, muitas vezes, argumentar em favor da devastação ambiental com a justificativa de necessidade de segurança energética.

O caso da exploração potencial, por parte do Brasil, da Margem Equatorial da Foz do Amazonas para extração de petróleo, que no momento de escrita deste texto encontra-se em debate por parte do governo federal brasileiro, representa este conjunto de grades analíticas que, ao representar o espaço de uma determinada maneira, abre as oportunidades para que ele aja sobre as diversas geografias de forma a discipliná-lo (Foucault, 2023; Scott, 1998). A possibilidade de que esta exploração se dê num futuro em que há uma diminuição do consumo de recursos energéticos fósseis é grande, questionando a sustentabilidade desta exploração.

1.4 Os desafios da extração da energia

Este cálculo fundamenta, também, questões relacionadas ao desenvolvimento de capacidades e instalações apropriadas para a extração destes e outros recursos energéticos. Um dos elementos mais centrais para refletir a respeito da questão da energia em termos geopolíticos é o elevado custo e a complexidade dos meios técnicos necessários para o desenvolvimento de

BLUM, G. G.

tecnologias de extração dos recursos energéticos e de transporte de matéria-prima neste sentido.

Dados da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), um organismo intergovernamental autônomo que conta com 31 Estados-membros incluindo Brasil, China e Estados Unidos, mostram que no ano de 2024 esperava-se que pela primeira vez os investimentos totais na área de energia chegassem a três trilhões de dólares, ou aproximadamente 18 trilhões de reais (IEA, 2024, p. 238). Destes, dois terços seriam investidos em tecnologias e infraestrutura voltadas às chamadas “energias limpas”, enquanto um trilhão de dólares seria dedicado à exploração e geração de energia por meio do uso de combustíveis fósseis (IEA, 2024, p. 238). A grande maioria dos investimentos dedicados à transição energética, porém, está ocorrendo em países de economias já desenvolvidas, uma vez que “aproximadamente 85% do total de investimentos em energia limpa em 2024 está tendo lugar em economias avançadas e na China, mesmo que estes países sejam o lar de apenas 35% da população global” (IEA, 2024, p. 239).

A desigualdade na capacidade de investimentos, assim como os custos associados – seguros, cauções e outros serviços financeiros relacionados – demonstram como o desenvolvimento desta atividade é complexa e, sobretudo, cara. Isso coloca a questão das diferentes capacidades de acesso, tanto para agentes públicos e privados envolvidos na exploração, distribuição e consumo de energia, como para os consumidores finais. Pelo menos desde o fim da década de 2010, o preço da energia – junto com a inflação generalizada nos alimentos – vem se constituindo numa das principais preocupações das populações ao redor do mundo, o que é derivado do uso da energia elétrica como energia secundária fundamental nestas sociedades e da dificuldade de acesso para renovação ou instalação dos circuitos energéticos necessários ao seu desenvolvimento (Amaglobeli et al., 2023).

Pode-se considerar que a esfera da extração dos recursos energéticos, em conjunto com a da produção e a da prospecção, constituem eixos importantes para compreender a competição estratégica no entorno da energia no cenário

BLUM, G. G.

global. A Figura 1, abaixo, representa esta lógica, conectando os elementos discutidos anteriormente neste texto, possibilitando uma compreensão de conjunto relativa aos aspectos indicados como relevantes para compreender a relação entre geopolítica e energia.

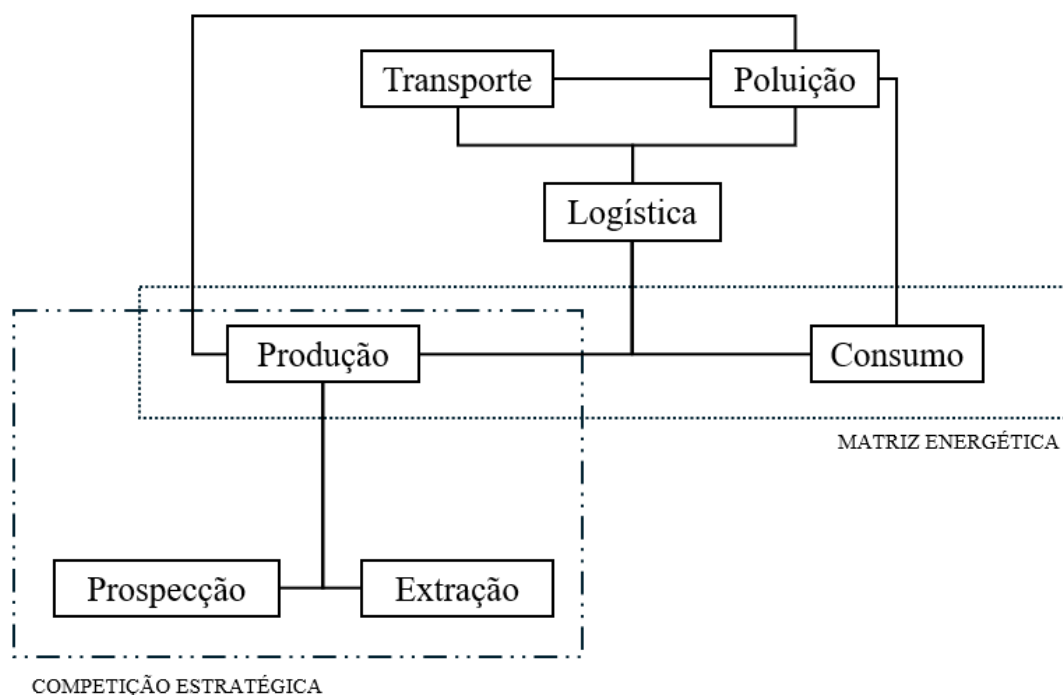


Figura 1. As diferentes escalas, ou âmbitos possíveis de análise da questão energética.
Fonte: O autor, com base na bibliografia mobilizada acima.

2. As estratégias espaciais dos Estrados e sua relação com a questão energética: Geopolítica, geoestratégia e geoeconomia

Como foi possível observar ao longo da seção anterior, a questão energética é multifacetada e complexa, além de imersa nas dinâmicas socioespaciais das sociedades humanas. Cabe, nesta segunda parte do artigo, refletir de que modo a questão energética pode ser associada às dinâmicas geopolíticas, geoeconômicas e geoestratégicas colocadas em prática pelos Estados modernos territoriais.

O conceito de geopolítica – recorrentemente empregado para realizar análises ou verificar interesses relativos às dinâmicas relativas à questão energética no sistema internacional – pode ser considerado enquanto um

BLUM, G. G.

conceito contestado. Isso significa dizer que, assim como outros termos largamente utilizados nas discussões acadêmicas e da sociedade civil relativas às relações de poder como terrorismo, segurança e poder, ele pode assumir diferentes significados, a depender de quem o está utilizando. Ou seja, “existem conceitos que são essencialmente contestados, conceitos cujo uso apropriado inevitavelmente envolve disputas intermináveis sobre sua utilização devida por parte de seus usuários” (Gallie, 1969, p. 169). A variabilidade do uso do conceito de geopolítica é visível, inclusive, nas discussões relativas à energia no cenário internacional, uma vez que uma acepção específica deste termo – ligada à visão estadunidense sobre a organização das relações internacionais – prevalece (Agnew, 1994; 2006).

Na proposta que aqui se apresenta, que concerne à relação entre o governo dos territórios e o papel que a energia cumpre neste processo político, a acepção que se utilizará de geopolítica está baseada naquela apresentada por Pedro de Pezarat Correia (2012, 2018). Para este autor, a visão de que o termo “geopolítica” se refere apenas à conflitualidade internacional foi construída num processo que denomina de “derivação semântica”. De acordo com o autor,

Uma coisa, porém, é a pureza dos conceitos e outra a utilização que deles é feita. Nos tempos mais recentes, nomeadamente com o fim do sistema bipolar e a entrada na era da globalização, um pouco à semelhança do que já antes se passara com o termo estratégia, o vocábulo geopolítica entrou na moda e começou a ser utilizado a propósito e despropósito, para qualificar tudo e mais alguma coisa que tenha um mínimo de incidência geográfica. (Correia, 2012, p. 239)

De acordo com Correia (2012, p. 239), quatro tendências podem ser identificadas com relação ao termo “geopolítica”:

- (1) A “sua utilização no quadro do sistema das relações internacionais, a propósito de disputas, rivalidades e ruturas, das alianças, alinhamentos e parcerias, da correlação de forças e do jogo diplomático entre Estados”;
- (2) A “sua aplicação ao domínio da geografia política, a repartição geográfica do poder, a sua representação cartográfica, o traçado e o

BLUM, G. G.

mosaico das fronteiras, a hierarquização, agrupamento e compartimentação de soberanias e autonomias”;

(3)A “sua apropriação para qualificar a grande política, as opções das grandes potências que dominam a cena internacional, dos principais centros de decisão mundiais, entendendo o prefixo geo num sentido de ‘terra à dimensão planetária’ e não no sentido de ‘terra elemento da natureza’”; e, por fim,

(4)O “seu emprego no campo da polemologia, dos conflitos internos e internacionais, das crises, ameaças ou confrontos violentos entre grupos identitários no interior dos Estados, entre Estados, ou no âmbito das chamadas novas guerras, quando os atores recorrem a meios de coação violenta, o que é matéria específica da geoestratégia”.

A sistematização que faz Correia (2012) a respeito destas quatro grandes tendências serve de instrumento analítico refinado para buscar compreender o quê se debate quando se discute a relação entre geopolítica, geoestratégia e geoeconomia. O que se pode compreender é que o mesmo vocábulo pode ser utilizado para diferentes análises, que têm como acento forte diferentes facetas das tentativas estatais (e não-estatais) de disciplinarização dos territórios.

Estas três categorias, na realidade, se referem a um contínuo no qual seria possível não categorizar de forma absoluta as decisões governamentais relativamente aos territórios, mas pelo menos situar mais próximo de um dos vértices as principais preocupações que levaram à ação no território. São, portanto, políticas territoriais que objetivam um determinado ordenamento territorial e, portanto, a sua disciplinarização (Costa, 1988; 2013). Seria possível, portanto, identificar as principais tendências de ação estatal em termos de políticas territoriais, ou seja, da sua adaptação a um determinado ordenamento que sustente práticas econômicas, políticas e estratégicas. Neste sentido, as ações de governo dos territórios podem abarcar fundamentos políticos, estratégicos e econômicos, mas tendem a privilegiar um ou outro destes aspectos.

BLUM, G. G.

Por este motivo que se propõe que geopolítica, geoestratégia e geoeconomia sejam compreendidas enquanto vértices de um contínuo tríplice, em que seria possível categorizar as ações de acordo com sua atenção dedicada a cada uma destas finalidades. Nas palavras de Correia (2012), “há de fato uma grande semelhança” entre elas, “mas distinguem-se nos dois elementos de análise essenciais: nos modelos que servem (...) e nos objetivos que visam” (p. 238). Elas se distinguem, portanto, com relação ao parâmetro de avaliação da ação de governo e à sua finalidade. Assim, considerando-se que as ações governamentais que envolvem os territórios têm como fundamento uma grade analítica baseada nas lógicas estatais e na manutenção da existência dos Estados como objetivo final (Foucault, 2023), seria possível considerar que cada um dos três tipos de ação citados parte deste mesmo ponto de vista, e têm o mesmo objetivo, diferenciando-se na proposta e no método de administração dos territórios.

Desta forma, pode-se considerar a geopolítica enquanto o “[e]studo das constantes e das variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de dinâmica do poder, projeta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade política” (Correia, 2012, p. 238), disciplinando o território de forma a estabelecer acessos diferentes a grupos sociais diferentes (Massey, 2013; Capel, 2014).

Por sua vez, as ações de caráter geoestratégico concernem o “[e]studo das constantes e das variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego de formas de coação, projeta o conhecimento geográfico na atividade estratégica” (Correia, 2012, p. 238). A geoestratégia está, portanto, relacionada não apenas com o uso da força por parte do Estado, que é uma de suas modalidades, mas também por meio do uso de outros dispositivos de segurança diplomático-militares, como sanções econômicas e diplomáticas.

Já a geoeconomia, por fim, designa “(...) a política orientada para intervir na resolução de problemas espaciais associados à economia, gestão de recursos, de fluxos, de respostas equilibradas às necessidades humanas” (Correia, 2018, p. 281). Ela parte de um cálculo de caráter econômico que determina a necessidade

BLUM, G. G.

de construir capacidades de acesso e uso de recursos econômicos necessários à atividade social, ou ao impedimento de acesso por parte de outros agentes políticos e econômicos, envolvendo discussões relativas à Economia Política Internacional (Jackson; Sørensen, 2018).

A Figura 2, abaixo, apresenta uma proposta de quadro interpretativo das três tendências de ação estatal nos territórios, o que permite incluir a geopolítica, a geoeconomia e a geoestratégia numa análise centrada nos preceitos, nos efeitos e nas consequências das tentativas estatais de disciplinar territórios sob sua jurisdição ou alheios à sua capacidade jurídica de exercer a soberania não-questionada.

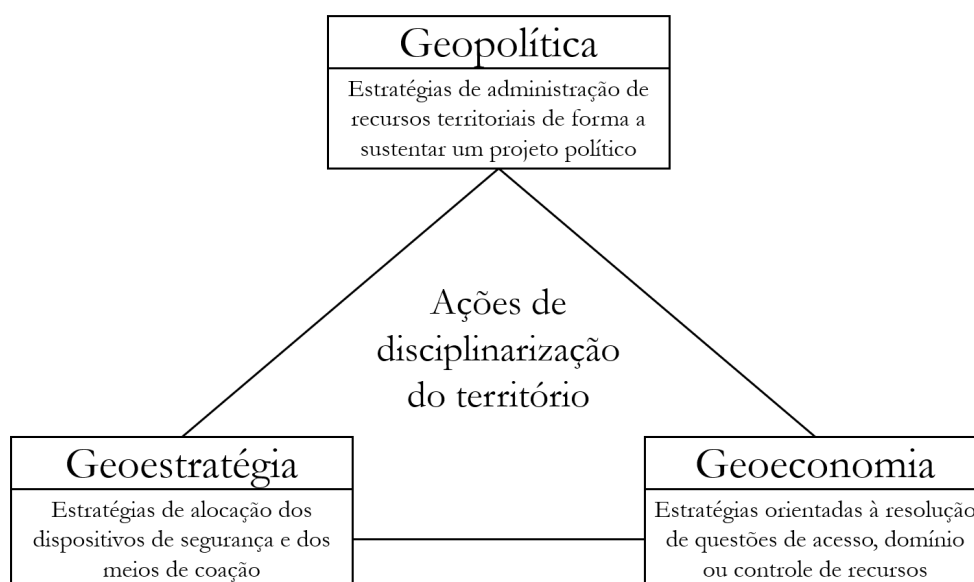


Figura 2. Sistematização das definições de geopolítica, geoeconomia e geoestratégia utilizadas neste trabalho. Fonte: O autor, com base na bibliografia explorada acima.

Acredita-se que é possível, por meio deste enquadramento, orientar as discussões no entorno da relação entre geopolítica e energia, considerando-se também a possibilidade de levantar questões que estejam mais próximas dos vértices da geoestratégia e da geoeconomia. Este parece ser um bom instrumento analítico de enquadramento da discussão, de forma a permitir a compreensão

BLUM, G. G.

das diferentes formas como a energia acaba impactando as discussões a respeito da geopolítica.

3. As variadas geografias da relação entre geopolítica e a questão energética

Diante do exposto nesta breve reflexão a respeito da relação entre geopolítica e energia, cabe, por fim, indicar alguns caminhos possíveis para compreender de que maneira o instrumental teórico-metodológico da ciência geográfica pode auxiliar a iluminar as questões levantadas. Proponho que, diante do cenário descrito anteriormente relativamente à geopolítica – considerada, como explicitado anteriormente, enquanto um esforço de disciplinarização dos territórios – seja possível pensar em três possibilidades.

A primeira proposta diz respeito à observação das questões de energia a partir de dois fundamentos geográficos importantes ligados aos recursos energéticos: sua posição e sua localização.

Neste sentido, e dando continuidade à ideia de geopolítica enquanto política internacional que vê nos territórios à escala mundial um tabuleiro congelado em que é possível atuar como em um jogo de estratégia (Agnew, 1994; 2006), os recursos energéticos têm importância em razão da localidade em que se encontram e da posição em que estão com relação aos interesses hegemônicos das principais potências. A “política” se torna apenas a compreensão dos interesses dos atores envolvidos e há um processo de confusão de questões geográficas com a disposição geofísica de elementos considerados como “naturais”, o que reduz a discussão a termos muito simples e desconectados das complexidades indicadas anteriormente sobre a relação entre geopolítica e energia.

Cabe considerar para esta resposta, como indica Doreen Massey (2013), que mesmo questões “simples” como posição e localização dependem da construção

BLUM, G. G.

social das distâncias e dos acessos: o fato dos recursos energéticos estarem “distribuídos globalmente de maneira desigual” entre os Estados traz uma lógica causal que inverte a relação entre geograficidade e política. Se a geograficidade é a relação explícita entre seres e coisas que habitam a superfície da terra (Dardel, 2011), e nesse sentido os elementos chamados de “naturais” devem ser considerados enquanto coetâneos das propostas de projetos de disciplinarização dos territórios (Massey, 2013), então a relação entre a geopolítica e a energia não pode ser reduzida apenas à compreensão de uma disputa de acessos aos recursos energéticos.

Esta é uma parte, importante para compreender dinâmicas específicas como aquela ligada ao componente político da discussão sobre recursos energéticos tais como o petróleo ao longo do século XX e as primeiras décadas do XXI (Yergin, 2012). Porém, reduzir a relação apenas à disputa hegemônica relativa ao domínio das jazidas de recursos energéticos parece reduzir a geografia às questões de posição e localização. Neste sentido, a chave política da imposição dos acessos, tema por excelência ligada às discussões sobre o território (Gottmann, 1973; 2012) parece ser um caminho interessante a ser trilhado.

Uma segunda proposta é incorporar na análise um número maior de fatores envolvidos, ainda que de qualquer forma baseando-se em lógicas de senso comum. Trata-se de considerar justamente o foco lançado – seja por parte de agentes estatais ou de agentes privados da economia global – sobre a discussão dos interesses dos atores hegemônicos com relação ao uso real e potencial dos recursos energéticos. Ainda que esta proposta se assemelhe à primeira, é importante demarcar a diferença entre ambas: no primeiro caso, trata-se de compreender os interesses de controle e de domínio sobre os locais de produção e de distribuição dos recursos energéticos em questão; neste segundo, trata-se de tentar compreender por que motivos estes mesmos recursos são considerados estratégicos pelos agentes públicos e privados envolvidos.

BLUM, G. G.

Como indicado, esta é uma proposta com profundidade maior na discussão envolvida: considerar o uso real ou potencial dos recursos energéticos e não apenas a disputa no entorno do controle e do domínio das jazidas e meio de circulação destes recursos permite entender a lógica da dependência por trás da discussão.

Aspectos e elementos do espaço geográfico não nascem estratégicos, eles se tornam estratégicos a depender do contexto histórico e geográfico considerado na discussão (Dolfuss, 1973; Moraes, 2000). Pode-se, aqui, retomar novamente o exemplo do petróleo que, ao longo do século XIX foi se tornando estrutural para a manutenção do ritmo social, econômico e inclusive político das sociedades ao redor do mundo e, justamente a partir desta posição de insumo básico, se tornou um recurso energético estratégico.

Aqui, a questão da dependência dos atores com relação aos recursos energéticos permite, também, fazer uma importante reflexão a respeito das dinâmicas internas de organização e de funcionamento das sociedades nacionais, permitindo assim ir além de uma simples divisão entre o que é interno e o que é externo e permitindo jogar luzes sobre a construção social das escalas (Smith, 1989; Swygedouw, 2001), tema ainda pouco trabalhado nas Relações Internacionais (Walker, 2013), ainda que com importância fundamental na Economia Política Internacional (Fiori, 2005; 2020).

Ainda que esta segunda proposta represente um aprofundamento da discussão, há uma terceira proposta interessante para a discussão, que é a que parece menos autoevidente e mais interessante de ser abordada a partir da perspectiva geográfica. Junto à compreensão, portanto, das diferentes facetas do ciclo energético analisadas anteriores, soma-se, então, um outro termo de preocupação e de investigação: a maneira como os agentes políticos e econômicos

BLUM, G. G.

revalorizam politicamente os lugares e as regiões em razão de potencialidades ou do uso real dos recursos energéticos.

A discussão relativa à valorização política dos lugares e das regiões – assim como a dos territórios – faz refletir a respeito da forma de uso dos espaços, mas também da construção de estratégias específicas que vão moldando a malha de relações de poder que constituem a vivência específica de um território (Raffestin, 1993; Moraes, 2000).

Considerar um lugar, uma região, um território ou uma rede enquanto uma questão politicamente valorada tanto faz considerar o valor de uso deste componente geográfico para os agentes socioespaciais envolvidos, quanto os esforços que estes empreendem para garantir o seu acesso e o uso destes recursos para determinados fins. Neste sentido, torna-se uma questão geográfica por excelência, uma vez que não apenas pode-se refletir a respeito de uma “realidade geográfica”, mas também das relações que com ela estabelecem os diferentes atores envolvidos – nos termos de Dardel (2011) anteriormente referidos, uma geograficidade da questão da energia.

Cabe notar que a questão da energia envolve tanto um elevado montante de recursos financeiros, quanto sempre está refletida – seja nos planos e projetos, seja nos impactos que atividades relacionadas ao campo estabelecem nos seus meios – em termos de longo prazo. Assim, a questão da geograficidade da energia também demanda um tipo de reflexão de longa duração, na qual salienta-se menos as rupturas e as declarações de momento, e mais as mudanças que se vão dando no próprio desenvolver das sociedades.

É o que Fernand Braudel (1965) denomina de “tempo estrutural”, no qual “[c]ertas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: embaraçam a história, incomodam-na, e assim comandam seu fluxo. Mas todas são, por sua vez, sustentáculos e obstáculos”

BLUM, G. G.

para as atividades humanas (Braudel, 1965, p. 268). Num momento em que as decisões de longo prazo estão estranguladas em razão da busca incessante pelo lucro em curto período (Chamayou, 2020), as possibilidades de discussão da construção e do impacto das novas maneiras de produzir, distribuir e consumir energia encontram-se em uma encruzilhada que tende a derivar em conflitos cada vez mais marcados pela possibilidade real ou potencial do uso de recursos energéticos em determinadas regiões do mundo (Garcez Portugal, 2024).

Não se pretende considerar que este é o único ou o mais válido tipo de reflexão relativa às potencialidades da geografia na discussão a respeito da relação entre geopolítica e energia. Ela mais parece, nos casos aqui elencados, uma forma de reunir diferentes esquemas e propostas de análise que reúnam pontos importantes de se levar em conta para reflexões desta natureza.

É o que propõe Antonio Carlos Robert Moraes (2000), para quem os recursos podem ser considerados enquanto elementos da superfície terrestre que são valorizados politicamente em razão da sua função de valor de uso e/ou de seu valor de troca. Assim, a geografia preocupa-se com a política, e pode auxiliar nas discussões aqui delineadas, em razão de seu interesse em compreender “a espacialidade da vida política – ou os processos políticos de relação entre a sociedade e o espaço”, centrando-se, sobretudo, “nas formas de domínio dos lugares” e explicitando a centralidade do conceito de território, ou seja, da “definição dos âmbitos espaciais de exercício da dominação estatal” (Moraes, 2000, p. 42).

É possível considerar, portanto, que as dinâmicas aqui brevemente delineadas, dizem respeito a importantes questões da geografia. À identificação de aspectos geofísicos somam-se a análise das relações sociais de poder que constroem e delimitam os acessos e não-acessos às diversas parcelas do processo social ligado à produção, distribuição e consumo da energia em nossas

BLUM, G. G.

sociedades. Esta dinâmica coloca em evidência a questão central das dependências, que podem variar a depender do contexto histórico e geográfico, e que colocam em xeque a separação absoluta entre o interno e o externo. Somados, estes elementos permitem identificar de que forma os atores envolvidos estabelecem uma grade de valor político-geográfico à questão.

A criação desta grade de valoração é um dos fundamentos importantes para compreender o pensamento geográfico mais amplo da sociedade, que se baseia nas diferentes maneiras como elementos da superfície terrestre e fenômenos geográficos são interpretados pelas diferentes fontes de formação de um conjunto de ideologias a respeito do espaço (Moraes, 2005).

No caso dos recursos energéticos, pode-se dizer que cada uma das propostas de análise constitui um tipo diferente – alguns mais, outros menos aprofundados – de ideologias geográficas relativas à relação entre geopolítica e energia. Afinal, a compreensão destes elementos demanda refletir sobre os diferentes discursos construídos também no âmbito dos governos e das burocracias, assim como das empresas privadas, que têm a sua própria proposta de disciplinarização espacial (Lacoste, 2012).

4. Considerações finais

A relação entre a questão energética e as diferentes estratégias espaciais dos Estados modernos territoriais foi a discussão fundamental da discussão que se desenvolveu neste artigo. Por meio de uma revisão bibliográfica concernente os temas no entorno destes dois temas, foi possível verificar algumas das possíveis contribuições à discussão sobre geopolítica e energia na contemporaneidade que emergem da compreensão das características geográficas da questão energética.

Foi possível verificar que conjugam-se na análise geográfica da relação entre geopolítica e questão energética elementos relevantes como (a) a formação dos territórios, que ajuda a compreender a construção social dos acessos, as

BLUM, G. G.

dependências com relação à energia e as relações entre interno e externo; (b) as formas de exercício da soberania, que politizam a disposição geofísica dos recursos energéticos em razão das relações de poder e sua regulação por parte de um agente estatal, que (re)valoriza politicamente lugares, regiões, redes etc.; e, (c) a legitimação social do exercício do poder no espaço, elemento fundamental para compreender as resistências e as formas de disputa que se dão no entorno deste tema a partir, também, de uma perspectiva que não exclui a sociedade como parte interessada.

As reflexões apresentadas nesta breve reflexão não pretendem esgotar o tema. Elas pretendem, de certa forma, aprofundar a discussão a respeito da real natureza da geopolítica a partir do debate das questões da energia, permitindo refletir melhor a respeito das potencialidades que se apresentam à ciência geográfica e à sua reflexão sobre a dinâmica internacional a partir deste tópico. Neste sentido, pretendeu-se apontar alguns pontos nos quais análises futuras podem basear-se ao discutir o tema, ajudando a compor um quadro interpretativo mais fundamentado e questionando, inclusive, algumas das pressuposições que embasaram este texto.

5. Agradecimentos

Gostaria de agradecer duas pessoas que foram fundamentais para o desenvolvimento das ideias contidas neste texto, assim como à instituição que tem provido o financiamento do projeto de pesquisa mais amplo dentro do qual a discussão aqui apresentada se insere. Os professores Vitor Pieri (UERJ) e Vinicius Modolo Teixeira (Unemat) foram muito gentis em me convidar para realizar, com suas turmas de pós-graduação, palestras com o tema “geopolítica e energia”. Por meio destas conversas, assim como dos debates posteriormente desenvolvidos é que se desenvolveu o núcleo central do texto aqui apresentado. Por sua vez, a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior

BLUM, G. G.

(CAPES) financia o estágio de pós-doutorado em andamento, sob o número de processo 88887.079344/2024-00.

6. Referências Bibliográficas

AGNEW, J. Entre la Geografía y las Relaciones Internacionales. **Tabula Rasa**, [s. l.], n. 5, p. 85–98, 2006.

AGNEW, J. The territorial trap: The geographical assumptions of International Relations Theory. **Review of International Political Economy**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 53–80, Spring / Primavera, 1994.

AMAGLOBELI, D.; GU, M.; HANEDAR, E.; HONG, G. H.; THÉVENOT, C. **Policy Responses to High Energy and Food Prices**. IMF Working Paper 23/74. [S. l.]: International Monetary Fund, mar. 2023. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2023/03/24/Policy-Responses-to-High-Energy-and-Food-Prices-531343>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BARDI, U. Energy Prices and Resource Depletion: Lessons from the Case of Whaling in the Nineteenth Century. **Energy Sources, Part B: Economics, Planning, and Policy**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 297–304, 1 ago. 2007. <https://doi.org/10.1080/15567240600629435>.

BLANK, S.; KIM, Y. Russia and Latin America: The New Frontier for Geopolitics, Arms Sales and Energy. **Problems of Post-Communism**, [s. l.], v. 62, n. 3, p. 159–173, 4 maio 2015. <https://doi.org/10.1080/10758216.2015.1019817>.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais. A longa duração. **Revista de História (USP)**, [s. l.], v. XXX, n. n° 62, p. 261–294, jun. 1965.

BUCHSBAUM, L. M. Riding the Dead Cow: Exploiting Argentina's oil and gas reservas risks climate efforts. **Energy Transition: The global energiewende**, [s. l.], 29 nov. 2022. Disponível em: <https://energytransition.org/2022/11/riding-the-dead-cow-exploiting-argentinass-oil-and-gas-reserves-risks-climate-efforts/>. Acesso em: 31 out. 2023.

CAPEL, H. El poder: Una perspectiva geográfica. **BIBLIO 3W - Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, [s. l.], v. XIX, n. n° 1100, p. 1–33, 30 nov. 2014.

CARVALHO, J. F. de. Energia e sociedade. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 28, 2014.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BLUM, G. G.

CHAMAYOU, G. **A sociedade ingovernável: Uma genealogia do liberalismo autoritário**. São Paulo: Ubu Editora, 2020 (Coleção Explosante).

CHERP, A.; JEWELL, J. The concept of energy security: Beyond the four As. **Energy Policy**, [s. l.], v. 75, p. 415–421, 1 dez. 2014. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2014.09.005>.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis, Brasil: Ed. da UFSC, 2011.

CORREIA, P. de P. Geopolítica e geoestratégia. **Nação e Defesa**, 5. [s. l.], n. 131, p. 229–246, 2012.

_____. **Manual de geopolítica e geoestratégia**. Lisboa: Edições 70, 2018.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o território e o poder**. 2. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

DARDEL, É. **O homem e a terra: Natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DAVTYAN, E. One conflict, different meanings: a comparative analysis of Armenian and Azerbaijani narratives of victory in Nagorno-Karabakh wars. **Small Wars & Insurgencies**, [s. l.], p. 1–25, [s. d.]. <https://doi.org/10.1080/09592318.2024.2408704>.

DOLFUSS, O. **A análise geográfica**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

ERMEL, A. P. C.; LACERDA, D. P.; MORANDI, M. I. W. M.; GAUSS, L. **Literature reviews: Modern methods for investigating scientific and technological knowledge**. [S. l.]: Springer Cham, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-75722-9>.

FIORI, J. L. **Estados Unidos, Rússia e a grande transformação mundial: tendências e perspectivas. Texto para Discussão. Ano 3. Número 14**. [S. l.]: INEEP, 2020.

_____. Sobre o poder global. **Novos estudos CEBRAP**, [s. l.], 2005.

BLUM, G. G.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população : Curso dado no Collège de France (1977-1978)**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2023.

GALLIE, W. B. Essentially Contested Concepts. In: BLACK, M. (org.). **The Importance of Language**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1969. p. 121–146. DOI [doi:10.7591/9781501741319-010](https://doi.org/10.7591/9781501741319-010). Disponível em: <https://doi.org/10.7591/9781501741319-010>. Acesso em: 5 dez. 2024.

GARCEZ PORTUGAL, N. O fator Nagorno-Karabakh: O reavivamento do conflito na região caucasiana em 2020 e seu impacto para as relações entre a Armênia e o Azerbaijão. **Cadernos do Cáucaso - Revista do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso**, [s. l.], v. 5, n. 8, p. 41–61, dez. 2024.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 523–545, 2012.

_____. **The significance of territory**. Charlottesville, VA: The University of Virginia Press, 1973.

HAESBAERT DA COSTA, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora Unesp, 2006 (Coleção Paradidáticos).

HELLEINER, E. Economic Globalization's Polycrisis. **International Studies Quarterly**, [s. l.], v. 68, n. 2, p. sqae024, 1 jun. 2024. <https://doi.org/10.1093/isq/sqae024>.

HUSSAIN, J.; ZHOU, K.; MUHAMMAD, F.; KHAN, D.; KHAN, A.; ALI, N.; AKHTAR, R. Renewable energy investment and governance in countries along the belt & Road Initiative: Does trade openness matter? **Renewable Energy**, [s. l.], v. 180, p. 1278–1289, 1 dez. 2021. <https://doi.org/10.1016/j.renene.2021.09.020>.

IEA, I. E. A. **World Energy Outlook 2024**. [S. l.]: International Energy Agency, 2024. Disponível em: <https://iea.blob.core.windows.net/assets/efba04ce-2472-4df1-9873-fb170c055259/WorldEnergyOutlook2024.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

JACKSON, R.; SØRENSEN, G. **Introdução às relações internacionais: Teorias e abordagens**. 3a. ed., rev.ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

KRELL, A. J.; DE CASTRO E SOUZA, C. B. A sustentabilidade da matriz energética brasileira: o marco regulatório das energias renováveis e o princípio do desenvolvimento sustentável. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, [s. l.], v. 11, n. 2, seq. Artigos, p. 157–188, 28 dez. 2020. <https://doi.org/10.7213/rev.dir.econ.soc.v11i2.26872>.

BLUM, G. G.

LACOSTE, Y. **A Geografia -- Isto serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** 19ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LISIO, A. de. Extractivismo minero-hidrocarburífero versus bioeconomía en América Latina y el Caribe: El caso venezolano en tempos del cambio climático. **Tramas y redes**, [s. l.], n. 3, p. 51–73, Diciembre 2022.

LOBO-FERNANDES, L. F. Pensar a integração europeia no contexto da agressão russa à Ucrânia: algumas proposições. **Revista de Estudios Europeos**, [s. l.], n. 83, seq. Artículos, p. 452–469, 5 jan. 2024. <https://doi.org/10.24197/ree.83.2024.452-469>.

MASSEY, D. **Pelo espaço: Uma nova política da espacialidade.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **A desordem mundial: O espectro da total dominação: Guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias.** 3a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MORAES, Antonio C. R. **Ideologias geográficas: Espaço, cultura e política no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Capitalismo, geografia e meio ambiente.** 2000. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual de São Paulo, FFLCH, FLG, São Paulo, 2000.

OBAYA, M.; CÉSPEDES, M. **Análisis de las redes globales de producción de baterías de ion de litio: Implicaciones para los países del triángulo del litio**, n. Documentos de Proyector (LC/TS.2021/58)'. Santiago, Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2021.

PICKLES, J. **A history of spaces: Cartographic reason, mapping and the geo-coded world.** Londres, Reino Unido e Nova York, Estados Unidos: Routledge, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993(Temas, volume 29).

SCHNEIDER, S. H. The Global Warming Debate Heats Up: An Analysis and Perspective. **Bulletin of the American Meteorological Society**, [s. l.], v. 71, n. 9, p. 1292–1304, 1990.

SCOTT, J. C. **Seeing like a state: How certain schemes to improve the human condition have failed.** New Haven e Londres: Yale University Press, 1998.

BLUM, G. G.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem teto e a produção da escala geográfica. *In*: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 133–175.

SWYNGEDOUW, E. ¿Globalización o glocalización? Redes, territorios y reescalamiento. *In*: RAMIRO FERNÁNDEZ, V.; BRANDÃO, C. (orgs.). **Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina**. Buenos Aires, Argentina: Miño y Dávila, 2010.

WALKER, R. B. J. **Inside / Outside : Relações Internacionais como teoria política**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio : Ed. Apicuri, 2013.

YERGIN, D. **O petróleo: Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

ZHENG, Y.; WALSHAM, G. Inequality of what? An intersectional approach to digital inequality under Covid-19. **Information and Organization**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 100341, 1 mar. 2021. <https://doi.org/10.1016/j.infoandorg.2021.100341>.